

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	84
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	86
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	87
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	88
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	89
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	15.485.618	15.276.815
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	640.270	1.340.811
1.01.01	Caixa	250.278	190.648
1.01.02	Aplicações de Liquidez	389.992	1.150.163
1.02	Ativos Financeiros	14.445.535	13.545.756
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	309.896	315.077
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	14.135.639	13.230.679
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	464.955	575.602
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.599.240	1.551.761
1.02.04.04	Operações de Crédito	11.258.391	10.576.870
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-240.910	-234.653
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.053.963	761.099
1.03	Tributos	195.714	189.290
1.03.03	Outros	195.714	189.290
1.03.03.01	Créditos Tributários	195.714	189.290
1.04	Outros Ativos	13.727	9.674
1.04.03	Outros	13.727	9.674
1.04.03.01	Outros Ativos	15.527	11.474
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	28	28
1.05.05	Outros Investimentos	28	28
1.06	Imobilizado	59.123	60.723
1.06.01	Imobilizado de Uso	227.069	225.724
1.06.03	Depreciação Acumulada	-167.946	-165.001
1.07	Intangível	131.221	130.533
1.07.01	Intangíveis	239.107	229.897
1.07.03	Amortização Acumulada	-107.886	-99.364

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	15.485.618	15.276.815
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	13.341.537	13.216.225
2.02.01	Depósitos	12.777.807	12.448.917
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.831.827	1.694.744
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	9.385.057	9.153.017
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.560.923	1.601.156
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	148.937	378.619
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	414.793	388.689
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	113.931	94.042
2.02.03.02	Relações Interdependência	31.769	20.059
2.02.03.03	Emissão de Títulos	173.482	169.199
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	72.074	78.857
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	23.537	26.532
2.03	Provisões	157.549	162.807
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	94.762	102.367
2.03.02	Provisão para Contingências	62.787	60.440
2.04	Passivos Fiscais	18.989	6.086
2.04.01	Corrente	18.579	6.086
2.04.02	Diferido	410	0
2.05	Outros Passivos	198.843	172.520
2.07	Patrimônio Líquido	1.768.700	1.719.177
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.122	1.473.122
2.07.04	Reservas de Lucros	246.055	246.055
2.07.04.01	Reserva Legal	21.024	21.024
2.07.04.02	Reserva Estatutária	225.031	225.031
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	49.523	0
2.07.05.01	Lucros do Período	49.288	0
2.07.05.02	Ajuste de Exercícios Anteriores	235	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	700.319	559.233
3.01.01	Operações de Crédito	590.762	456.076
3.01.02	Resultado de Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	94.357	97.173
3.01.03	Resultado de Operações de Cambio	1.474	0
3.01.04	Resultado de Aplicações Compulsórias	13.726	5.984
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-294.832	-231.502
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-292.245	-220.727
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-2.587	-1.852
3.02.03	Resultado de Operações de câmbio	0	-8.923
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	405.487	327.731
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-301.687	-253.099
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-50.218	-45.127
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	49.405	39.380
3.04.03	Despesas com Pessoal	-153.264	-123.495
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-121.499	-116.228
3.04.05	Despesas Tributárias	-24.569	-20.081
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	18.152	24.207
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-19.694	-11.755
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	103.800	74.632
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.831	-34.340
3.06.01	Corrente	-51.845	-42.620
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-28.339	-23.357
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-23.506	-19.263
3.06.02	Diferido	6.014	8.280
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	57.969	40.292
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	57.969	40.292
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-8.681	-6.614
3.10.01	Empregados	-8.586	-6.552
3.10.02	Administradores	-95	-62
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	49.288	33.678
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	5,176	3,537
3.99.01	Lucro Básico por Ação	5,176	3,537
3.99.01.01	ON	5,17642	3,53699

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	49.288	33.678
4.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	49.288	33.678
4.04	Resultado Abrangente do Período	49.288	33.678

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-688.142	1.708.842
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	168.736	131.309
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	103.800	74.632
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	64.936	56.677
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-856.878	1.577.533
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	110.648	46.302
6.01.02.02	Titulos e Valores Mobiliários	-47.705	-103.503
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	-289.564	125.299
6.01.02.04	Operações de Crédito	-729.688	-331.198
6.01.02.05	Outros Créditos	32.660	-18.106
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	-4.051	-1.076
6.01.02.07	Outras Obrigações	13.855	3.661
6.01.02.08	Depósitos	328.890	1.924.574
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-229.682	-24.257
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e Similares	4.283	-7.428
6.01.02.11	Obrigações por Repasse no País	-3.178	119
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos	-6.601	-9.782
6.01.02.13	Impostos e Contribuições Pagos	-36.745	-27.072
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.206	-4.743
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.500	-1.531
6.02.03	Aquisição de Intangível	-10.110	-6.538
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliarios mantidos até o vencimento	1.404	3.326
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-2.193	-2.775
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-700.541	1.701.324
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.340.811	988.601
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	640.270	2.689.925

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	246.055	0	0	0	1.719.177
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	235	0	235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	246.055	0	235	0	1.719.412
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	49.288	0	49.288
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	49.288	0	49.288
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	246.055	0	49.523	0	1.768.700

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	165.577	0	0	0	1.638.699
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	165.577	0	0	0	1.638.699
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	33.678	0	33.678
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	33.678	0	33.678
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	165.577	0	33.678	0	1.672.377

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	717.657	568.770
7.01.01	Intermediação Financeira	700.319	550.310
7.01.02	Prestação de Serviços	49.405	39.380
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-50.218	-45.127
7.01.04	Outras	18.151	24.207
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-294.832	-222.579
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-119.059	-108.468
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-6.030	-6.334
7.03.02	Serviços de Terceiros	-94.117	-91.086
7.03.04	Outros	-18.912	-11.048
7.04	Valor Adicionado Bruto	303.766	237.723
7.05	Retenções	-12.499	-11.016
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.499	-11.016
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	291.267	226.707
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	291.267	226.707
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	291.267	226.707
7.09.01	Pessoal	140.491	113.220
7.09.01.01	Remuneração Direta	101.632	83.292
7.09.01.02	Benefícios	31.480	24.152
7.09.01.03	F.G.T.S.	7.379	5.776
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	91.852	71.311
7.09.02.01	Federais	88.407	68.526
7.09.02.02	Estaduais	3	0
7.09.02.03	Municipais	3.442	2.785
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	9.636	8.498
7.09.03.01	Aluguéis	9.636	8.498
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	49.288	33.678
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	49.288	33.678

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1T2023

Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 1º trimestre de 2023 – 1T2023, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o período.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Boa leitura!



Comentário do Desempenho

CENÁRIO ECONÔMICO



CENÁRIO INTERNACIONAL

O **Fundo Monetário Internacional (FMI)** informou, em abril de 2023, que o crescimento da economia mundial foi de 3,2% em 2022, e deverá ter uma retração para um crescimento de 2,8% em 2023.

Principais Motivos:

- ▶ Crise do custo de vida mundial;
- ▶ Aperto das condições monetárias nas principais economias mundiais;
- ▶ Risco de crise bancária;
- ▶ A guerra na Ucrânia;
- ▶ Embora a OMS tenha declarado fim do estado de emergência, ainda temos os efeitos causados pela pandemia da COVID-19.

CENÁRIO NACIONAL

Os Indicadores do **Relatório Focus**, de 08 de maio de 2023, acompanhados pelo Banco, apresentam os seguintes dados:

- ▶ Crescimento do PIB 2023 de **1,0%**;
- ▶ Para taxa básica de juros, a projeção de **12,50%** está aderente às projeções do Banco;
- ▶ Inflação tem demonstrado viés de queda, sendo o acumulado em 12 meses de **4,65%** e a projeção de **6,02%**.

CENÁRIO REGIONAL

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas revisou em julho de 2022, que:

- ▶ Crescimento real do PIB paraense foi de **2,0%**, em 2022;
- ▶ Em 2023, a estimativa de crescimento da economia paraense passou de **2,6%**.

Já o **Instituto Brasileiro de Geografia - IBGE** estimou que a indústria paraense apresentou resultado de -6,1% em agosto de 2022, em relação a agosto de 2021. O IPCA apurado na região metropolitana de Belém, no acumulado dos últimos 12 meses, foi de 4,53% (março de 2023).

Comentário do Desempenho

RESULTADOS CONTÁBEIS

Destaques do Resultado (R\$ mil)	1T2023	1T2022	V12M
Receitas Totais	767.876	622.820	23,29%
Resultado da Intermediação Financeira	355.269	282.604	25,71%
Resultado Operacional	103.430	75.016	37,88%
Margem Financeira	405.487	327.731	23,73%
Lucro Líquido	49.288	33.678	46,35%
Receita de Serviços	49.405	39.380	25,46%
Despesas com Provisões (PCLD)	50.218	45.127	11,28%
Despesas Administrativas	121.499	116.228	4,53%
Despesas com Pessoal	153.264	123.495	24,11%

O Lucro Líquido no 1T2023 foi de R\$ 49,28 milhões, refletindo um aumento de 46,35% quando comparado ao mesmo período de 2022, resultado impulsionado pelo aumento das receitas com operações de crédito, reflexo do crescimento do volume de créditos liberados por meio de empréstimos, com destaque para o Consignado.

Já as despesas administrativas do 1T2023 apresentaram um aumento de 4,53% em comparação ao 1T2022, com destaque para as despesas com serviços de terceiros, em virtude de reajustes contratuais, despesa de aluguéis, reflexo da expansão da rede de agências e despesas com amortização reflexo do aumento do intangível do Banco.

Lucro Líquido
R\$ 48,28 milhões
 ▲ **46,35%** (12m)

Destaques Patrimoniais (R\$ mil)	1T2023	1T2022	V12M
Ativos Totais	15.485.618	14.482.387	6,93%
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	11.258.391	8.733.994	28,90%
Relações Interfinanceiras	1.036.937	583.417	77,74%
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	854.947	3.192.264	-73,22%
Títulos e Valores Mobiliários	1.599.240	1.236.158	29,37%
Captações Totais	13.100.226	12.311.924	6,40%
Patrimônio Líquido	1.768.700	1.672.376	5,76%

Os Ativos Totais cresceram 6,93% na comparação anual, influenciados pelo crescimento das operações de crédito, além do aumento nas Relações Interfinanceiras ocasionado pelo crescimento dos créditos vinculados junto ao Banco Central do Brasil - BACEN.

Em relação ao resultado do Patrimônio Líquido do 1T2023, houve um aumento de 5,76% em comparação ao 1T2022, reflexo da incorporação do resultado ao período.

Relatório da Administração 1T2023

Comentário do Desempenho

Índice e Medidas de Eficiência	1T2023	1T2022	V12M
Índice de Inadimplência	1,28%	1,58%	-18,99%
Índice de Basileia	15,77%	18,59%	-15,17%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA)	1,26%	1,65%	-23,64%
Rentabilidade sobre Patrim. Líq. (ROE)	11,42%	13,34%	-14,39%
Índice de Eficiência	72,32%	68,34%	5,82%
Índice de Provisão	2,14%	2,45%	-12,65%
Despesas com Provisões (PCLD)	50.218	45.127	11,28
Índice de Cobertura	31,40%	28,74%	9,26%

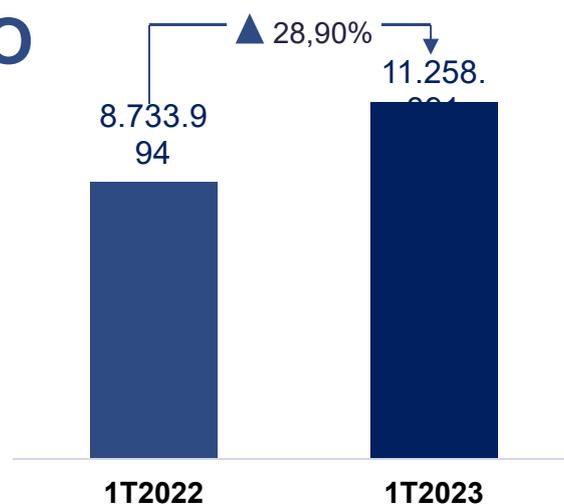
No 1T2023, o Índice de Eficiência aumentou, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, ocasionado, principalmente, pelas despesas de captação que aumentaram em razão da taxa SELIC.

O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias apresentou redução de 0,30 p.p. em 12 meses, demonstrando uma melhora significativa no índice de inadimplência.

Índice de Inadimplência
1,28%
 ▼ 0,3 p.p. (12m)

CARTEIRA DE CRÉDITO

As Operações Totais de Crédito apresentaram um aumento de 28,90% em comparação com o período do ano anterior. Esse crescimento é atribuído ao significativo aumento na concessão de empréstimos, com especial destaque para o Crédito Consignado. Esse desempenho sólido demonstra uma tendência ascendente no setor financeiro, refletindo a confiança dos consumidores e o fortalecimento da economia.



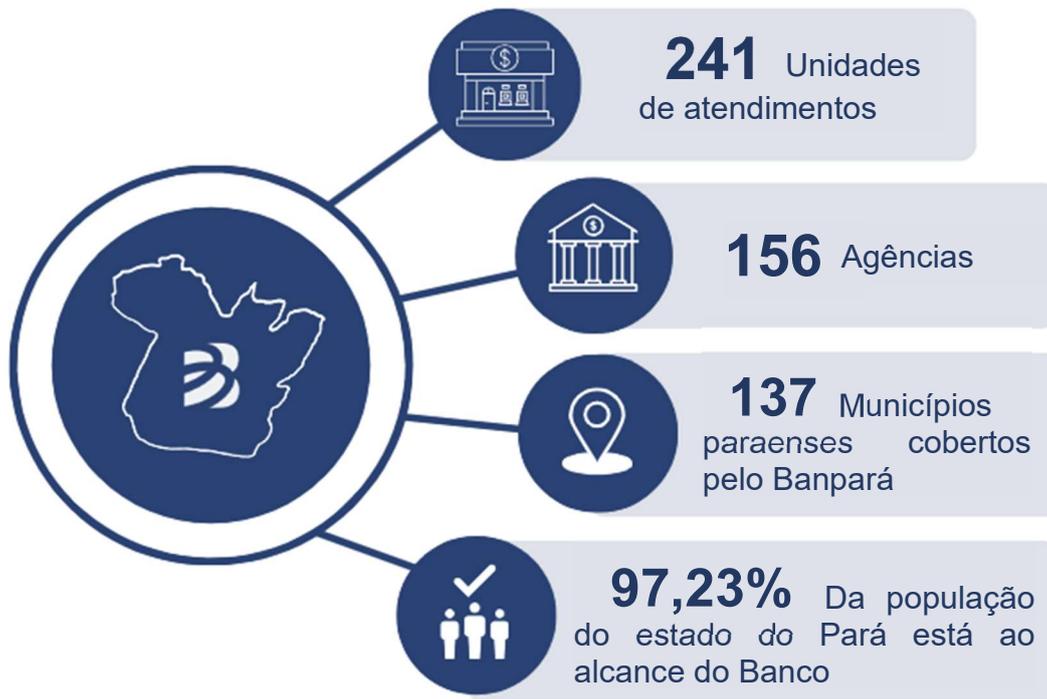
Qualidade da Carteira De Crédito Por Nível De Risco

Classe de Risco	1T2023	1T2022
AA	49,07%	61,98%
A	44,26%	32,04%
B	1,71%	1,79%
C	1,35%	0,77%
D-H	3,60%	3,42%

O Banpará mantém 96,39% do crédito nas classes de risco AA - C. A razão pelo qual se sustenta essa classificação, está relacionada a concentração do crédito em operações com consignação em folha de pagamento e concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada.

Comentário do Desempenho

COBERTURA GEOGRÁFICA



O Banpará finalizou o 1T2023 com 242 unidades de atendimento, entre Agências, Postos de Atendimento, Caixas de Atendimento Avançados – CAV’s e Postos de Atendimento Eletrônicos – PAE’S. Nesse período, foram inaugurados 02 pontos de atendimentos, sendo 01 Agência em Gurupá e 01 PAE em Garrafão do Norte, municípios que não possuíam unidades do Banpará.

Market Share - Número de Agências Por Região Administrativa 1T23

Região de Integração ¹	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	15	42	35,71%
Baixo Amazonas	14	44	31,82%
Carajás	14	53	26,42%
Guajará ²	18	129	13,95%
Guamá	18	41	43,90%
Lago de Tucuruí	6	24	25,00%
Marajó	14	22	63,64%
Rio Caetés	15	29	51,72%
Rio Capim	15	44	34,09%
Tapajós	6	15	40,00%
Tocantins	12	42	28,57%
Xingu	9	25	36,00%
Total	156	510	30,59%

¹ Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

² Nesta RI fazem parte 05 dos 07 municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.

³ Fonte: – Relação de Agências BCB (base: março/2023 e março/2022)

Relatório da Administração 1T2023

Comentário do Desempenho

Market Share em Relação ao Mercado no Estado (R\$ mil)

	2023 ¹			2022		
	Banpará	Pará	Market Share (%)	Banpará	Pará	Market Share (%)
Depósitos a prazo	9.234.746	21.336.367	43,28%	9.343.740	21.321.549	42,83%
Depósitos à vista	2.260.127	6.367.090	35,50%	1.694.743	5.943.023	28,52%
Depósitos de poupança	1.556.665	13.476.629	11,55%	1.601.156	14.170.186	11,30%
Operações de Crédito	10.877.727	51.379.746	21,17%	10.396.744	49.970.016	20,81%

¹ Fonte: ESTBAN - Valores com base no mês de fevereiro/2023; dezembro/2022 e dezembro/2021.

CANAIS E CLIENTES

Transações Digitais

Canais de Atendimento	1T2023	1T2022	V12M
Internet Banking	R\$ 4.374.776.210,86	R\$ 4.189.456.285,18	4,42%
Mobile	R\$ 3.302.741.711,32	R\$ 2.170.647.631,21	52,15%
ATM Banpará	R\$ 1.247.791.217,32	R\$ 1.201.507.208,31	3,85%
Saque e Pague	R\$ 1.633.819.122,96	R\$ 1.985.910.716,17	-17,73%
Caixas Eletrônicos (24h)	R\$ 152.898.271,00	R\$ 153.367.286,00	-0,31%
Total	R\$10.712.026.533,46	R\$9.700.889.126,87	10,42%

No 1T2023, houve um crescimento de 10,42% no volume financeiro transacionado pelos canais eletrônicos, em comparação com mesmo período de 2022, com destaque para o aumento de 52,15% no Mobile Banking, totalizando um valor de mais de R\$3,30 bilhões somente no 1T2023, reflexo da disponibilidade de produtos e serviços e aprimoramento do *app* do Banpará

Contas e Clientes

O Banpará concluiu o 1T2023 alcançando a marca de 677.060 mil clientes Pessoa Física e Jurídica, representando um crescimento total de 9,21% em comparação com o 1T2022, em consonância com sua estratégia de expansão e aumento da sua presença regional. Em relação às contas correntes, no 1T2023 o Banco finalizou o período com 357.791 contas Pessoa Física e Jurídica, representando um aumento de 2,93% em comparação com o mesmo período de 2022.

Pessoa Física	Pessoa Jurídica
661.521 Clientes	15.539 Clientes
▲ 9,12% (12m)	▲ 10,40% (12m)
343.292 Contas Correntes	14.499 Contas Correntes
▲ 3,68% (12m)	▼ -12,25% (12m)

Comentário do Desempenho

MEIOS DE PAGAMENTO

Cartão Múltiplo Banpará

O Cartão Múltiplo Banpará Mastercard é uma solução de pagamento eletrônico que oferece aos titulares a flexibilidade de gerenciar suas finanças, incluindo saques, compras nacionais e internacionais nas modalidades débito e crédito, tudo diretamente vinculado à conta corrente. Desde o seu lançamento em novembro de 2020, a carteira de cartões experimentou um notável crescimento, aumentando a margem de contribuição em mais de 330%.

No 1T2023, a carteira de cartões contribuiu com R\$ 17,86 milhões para as receitas do Banpará, sendo R\$ 10,33 milhões na carteira comercial e R\$ 7,53 milhões na carteira de serviços.



Cartão Afinidade

Um marco para a carteira de cartões foi o lançamento dos Cartões Afinidade, resultado de uma estratégica parceria entre o Banpará e os dois principais times paraenses. Esse cartão múltiplo proporciona aos clientes a possibilidade de personalizar seu meio de pagamento com o brasão de seu time favorito.

O Cartão Afinidade contribui de maneira substancial para a divulgação dos clubes, tanto em âmbito nacional quanto internacional, em virtude da ampla aceitação da Bandeira Mastercard. Além disso, os titulares destes cartões demonstram seu apoio aos clubes mensalmente através de contribuições.

Adicionalmente, os clientes Banpará desfrutam de vantagens exclusivas, como descontos em produtos nas lojas oficiais dos clubes, participação em sorteios de camisas oficiais e benefícios nas escolinhas esportivas dos times.

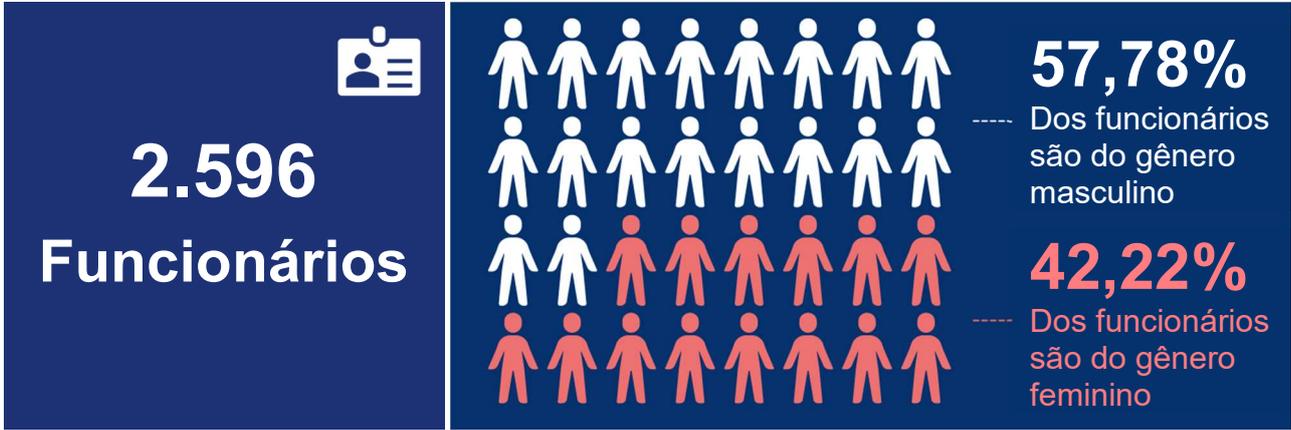
Até o encerramento do 1T2023, houve um total de 3.560 adesões, sendo 1.768 do Paysandu Sport Club e 1.792 do Clube do Remo.



Comentário do Desempenho

RECURSOS HUMANOS

O Banpará encerrou o 1T2023 com um total de 2.596 funcionários, tendo um quadro composto por diversos níveis de formação, com profissionais de nível superior, médio e fundamental, admitidos por meio de concurso público, consolidando uma força de trabalho abrangente e dedicada.



Estagiários e Jovens Aprendizes

No 1T2023, o Banpará contava com **244** estagiários e **68** Jovens Aprendizes, garantindo o compromisso do Banco com a formação e desenvolvimento dos jovens, sendo fundamental para o crescimento e contribuição com a sociedade.

Saúde e Qualidade de Vida



Para garantir o bem-estar do corpo funcional, o Banpará analisa os postos de trabalho e implanta programas de saúde e segurança para prevenção de doenças e acidentes - PGR, análise ergonômica e avaliação da saúde ocupacional dos empregados - PCMSO. O PGR deve ser integrado ao Programa de Saúde Ocupacional (PCMSO), para proteger a saúde dos funcionários.

Também são realizadas campanhas variadas, abordando temas como saúde mental, prevenção ao suicídio, câncer de mama, câncer de próstata, vacinação e prevenção às ISTs/AIDS, além de incentivo a alimentação saudável, contribuindo para a prevenção de doenças e recuperação da saúde dos empregados. Ademais, há também apoio a dependentes químicos e assistência social aos funcionários. O Banpará também possui o Programa Mais Saúde, que incentiva a realização de check-ups periódicos, além de promover sorteios de prêmios.

Outra ação importante de incentivo à saúde é a oferta mensal de sessões de Terapias Holísticas e do Abono Atividade Física, que incentivam a prática de atividades físicas. Essas atividades contribuem para a prevenção de doenças e/ou recuperação da saúde, melhorando a qualidade de vida do empregado.

Comentário do Desempenho Treinamento e Capacitação



No 1T2023, o Banco procurou desenvolver competências pessoais, investir na qualificação do atendimento realizado, via os canais de atendimentos (SAC e Callcenter), bem como nas agências.



Foram realizados **44 eventos** de capacitação no 2T2023 pela Universidade Corporativa Banpará – UNIBANP, a qual vem ofertando treinamentos online, com instrutores internos e externos para atender de forma célere as necessidades do negócio.



No 1T2023, **106** empregados foram beneficiados pelo PDEB - Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará, sendo, 67 em cursos de Graduação e 55 em cursos de Pós-Graduação.

No 1T2023, destaca-se a realização do Seminário de Segurança Bancária, com a participação de mais de 700 empregados, havendo a participação de palestrantes internos e externos, debatendo sobre 'Oportunidades e desafios da Segurança Bancária', "Segurança da Informação, crimes cibernéticos e fraudes bancárias", "Segurança Cibernética no Setor Financeiro" e "Atuação da Delegacia de Repressão de Roubos a Bancos e Antissequestro – DRRBA.

Dentre os eventos de capacitação realizados no período, foram ofertados:

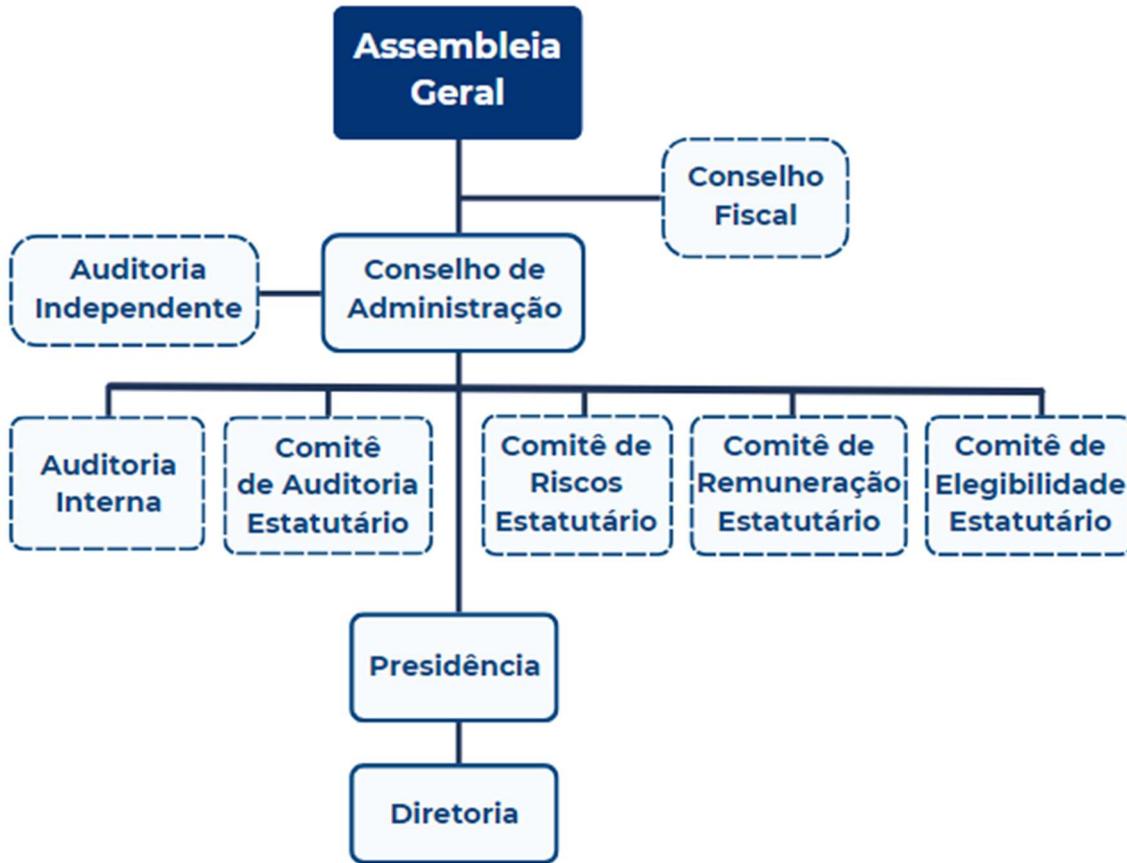
- Cursos obrigatórios, como: Excelência no Atendimento ao Cliente, Mediação de Conflitos, Privacy Day 2023 - LGPD e a Importância da Cultura de Proteção de Dados da Empresa, dentre outros.
- Palestras de temas relevantes, como: "Assédio Moral e Sexual nas Relações De Trabalho", "O Banco como Organização" e "Segurança Bancária".



Comentário do Desempenho

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco do Estado do Pará S.A está aderente às melhores práticas de mercado no que se refere à sua estrutura de Governança Corporativa. Para isso, a instituição conta com uma estrutura sólida e bem definida, composta por diferentes órgãos de gestão e fiscalização.



O Conselho de Administração, composto por 8 (oito) membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, é responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas e supervisionar as ações da gestão. Enquanto a Diretoria Colegiada, composta por uma Diretora Presidente e 5 (cinco) diretores, é responsável por implementar as estratégias definidas pelo Conselho e praticar os atos necessários à realização dos objetivos sociais, em conformidade com a legislação em vigor e com o Estatuto Social.

O Banco conta ainda com comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, tais como: o Comitê de Auditoria, o Comitê de Riscos, Comitê de Elegibilidade e o Comitê de Remuneração.

Com essa estrutura de Governança Corporativa, o Banco tem como objetivo maximizar o valor a Instituição e garantir a sustentabilidade dos negócios a longo prazo, com ética e responsabilidade, atuando sempre em conformidade com as normas regulatórias e as melhores práticas de mercado.

Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM INVESTIDOR

Estrutura Acionária

Acionista	Ações	%
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	17	0,0002%
Outros	1.444	0,0152%
Total	9.521.649	100%

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

Rating

Rating de Longo Prazo

			
	Local	Global	Soberano
	AA-.br	Ba2	Ba2
	brAA+	BB-	BB-

Todas as informações e relatórios das Agências de *Rating* estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores do Banpará (ri.banpara.b.br) na seção de Governança Corporativa e no *site* da CVM (www.cvm.gov.br).

Remuneração aos Acionistas

O Banco do Estado do Pará S.A. possui a Política de Pagamento de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, que busca informar ao mercado sobre as práticas adotadas quanto a remuneração aos acionistas da Companhia.

No 1º trimestre de 2023 foi aprovada a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JSCP) referente ao período, sendo destinado o montante de R\$ 30.063.292,65 (trinta milhões, sessenta e três mil, duzentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos), equivalente a R\$ 3,157361991 bruto por ação.

Comentário do Desempenho

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banpará atende a clientes e usuários, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, atuando na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e rápida, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento do Banco com os direitos do consumidor, a excelência no atendimento e o bom relacionamento com a sociedade.

O prazo para o atendimento é de até 10 dias úteis, conforme a Resolução CMN nº 4.860/2020, ou de 20 dias corridos para assuntos relacionados à Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

A atuação da Ouvidoria se dá em consonância com as regulamentações vigentes, sendo signatária da autorregulação Bancária da Febraban que, pelo SARB 022/2019, exige que pelo menos 50% das reclamações sejam respondidas no prazo de até 5 dias úteis.

No 1º trimestre de 2023, foram analisadas **232** demandas, sendo **40 procedentes** e **192 improcedentes**.

137 demandas foram atendidas em até 5 dias úteis, representando **59%** do total das **242** demandas registradas.

CONTROLES INTERNOS E COMPLIANCE

A área de Controles Internos e *Compliance* desempenha um papel fundamental na garantia de que todas as operações da Instituição ocorram em conformidade com a legislação vigente, diretrizes internas e as melhores práticas de governança corporativa. Seu foco principal reside na gestão adequada dos riscos corporativos do Banpará. Para atingir esse objetivo, a gestão de controles internos e conformidade segue as diretrizes estabelecidas pelo COSO (Comitê de Patrocinadores de Organizações), e identifica, avalia e responde aos riscos que podem impactar os objetivos estratégicos e de negócios da empresa, alinhando-se com o apetite a riscos definido pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração.

O Programa de *Compliance* e o Código de Ética e de Conduta são ferramentas essenciais para promover a ética em todos os níveis de negócio e proteger a reputação da "Empresa". Para otimizar o sistema de controle interno e *compliance*, são realizados monitoramentos contínuos, avaliações independentes e ações corretivas, com relatórios periódicos à Diretoria Colegiada.

Adicionalmente, a instituição adota rigorosos procedimentos internos de controle para Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, baseados na Política Institucional de PLD/FT e na metodologia de avaliação de risco de LD/FT, com ferramentas de monitoramento e aplicação das políticas de identificação e qualificação de clientes, funcionários e fornecedores terceirizados. Anualmente, a efetividade dessas políticas, procedimentos e controles internos de PLD/FT é minuciosamente avaliada.

Comentário do Desempenho

GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS E DE CAPITAL

O Banpará é dedicado ao gerenciamento eficaz de riscos financeiros e de capital, seguindo as diretrizes do Comitê de Basileia, as melhores práticas de mercado e normas internas e externas. O Banco busca constantemente aprimorar seus processos, políticas e sistemas para fornecer informações cruciais para a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de riscos em linha com os objetivos estratégicos.

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital do Banpará é adaptada ao seu modelo de negócios, natureza de operações e complexidade dos produtos.

RISCO DE MERCADO

A Gerência de Risco de Mercado e Liquidez monitora e controla exposições aos riscos de mercado, incluindo avaliações de novas atividades e produtos, garantindo conformidade com procedimentos e controles.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco segue rigorosamente a Resolução CMN nº 4.557/2017 e as melhores práticas do mercado financeiro para gerenciar riscos de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia.

RISCO DE CRÉDITO

São utilizadas análises objetivas e modelos internos para classificar o risco dos clientes, levando em consideração o risco do cliente e da operação, além do risco do grupo econômico para pessoa jurídica.

Em relação ao risco de crédito, a provisão para crédito de liquidação duvidosa é estruturada com base em diversos critérios e indicadores que são monitorados constantemente para identificar riscos de crédito relevantes.

A abordagem integrada de gerenciamento de riscos financeiros e de capital do Banpará está alinhada com os objetivos estratégicos e é continuamente aprimorada para garantir a solidez e a segurança das operações.

Para o 1T2023 as posições de capital se apresentaram da seguinte forma:

Gestão de Capital - R\$ mil	1T23	1T22	V12M
Patrimônio de Referência - PR	1.637.481	1.552.189	5,49%
PR Nível I	1.637.481	1.552.189	5,49%
Índice de Basileia	15,77%	18,59%	-15,17%
RWA	10.382.890	8.348.243	24,37%

No 1T2023, o aumento do montante do Patrimônio de Referência – PR foi impulsionado pelo resultado líquido do período.

Por fim, em que pese o IB estar bem acima do limite exigido pelo Bacen (10,5%), verifica-se que o índice apurado no 1T2023 se encontra próximo ao limite estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS (15%), representando um ponto de atenção em relação a tomada de novas exposições ao risco.

Informações detalhadas sobre o gerenciamento de capital, de risco de mercado, liquidez, crédito podem ser consultadas nos Relatórios de Pilar 3 disponíveis no *site* de Relações com Investidores - Governança Corporativa: <http://ri.banpara.b.br>

Comentário do Desempenho

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Bioeconomia

A estratégia para fomentar o desenvolvimento econômico e social sustentável no Pará foca na gestão de uma agenda robusta de governança social, ambiental e climática, a fim de mitigar os riscos inerentes aos nossos negócios, alinhados às melhores práticas de mercado e proporcionando a geração de emprego e renda na região. Nesse sentido, o Banpará busca constantemente explorar novas estratégias para impulsionar o crescimento sustentável, como a Bioeconomia, que foi incluída como prioridade nas ações estratégicas, a partir da expansão da atuação do Banco na economia de baixo carbono pelas frentes relacionadas aos seguintes produtos:



- **BanparáBio**

Linha de crédito destinada ao financiamento de atividades agropecuárias sustentáveis e de recuperação de passivos ambientais, principalmente, em regiões pressionadas pelo desmatamento. Ao longo do ano, foram implementadas melhorias nos processos e na estrutura a fim de aprimorar o atendimento das demandas de acordo com a necessidades dos pequenos produtores rurais e foi também adequado o produto conforme as necessidades e a capacidade do público-alvo. Como resultado dessas ações, desde o lançamento da linha em outubro de 2021 até o fechamento do 1º trimestre de 2023, cerca de R\$22 milhões de crédito foram aprovados para fins de investimento em atividades produtivas sustentáveis no estado do Pará, principalmente direcionado à implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Ao todo, foram 134 pequenos produtores rurais atendidos no período, a maioria enquadrados como agricultores familiares.

- **Energia Solar**

A linha de crédito Energia Solar oferece financiamento facilitado para instalações de painéis solares, promovendo a adoção de energia limpa e econômica pela população. De outubro de 2022, quando se iniciou a comercialização da linha de crédito Energia Solar, até março de 2023, foram realizadas mais de 260 operações de financiamento para instalação de placas fotovoltaicas em imóveis residenciais, totalizando aproximadamente R\$10 milhões em crédito contratado.

Comentário do Desempenho

Microcrédito

Outra frente de atuação do Banco, no desenvolvimento social, são as linhas de microcrédito que propulsionam a bancarização da população, principalmente em áreas de risco e vulnerabilidade social, mitigando índices de desigualdade social e a forma informal de trabalho.

Em 2023, foram realizadas ações de expansão da linha de crédito Empodera, além do lançamento de 6 novas linhas de microcrédito para atendimento às necessidades de públicos alvos específicos: taxistas, motoristas de transporte alternativo, batedores de açai, microempreendedores individuais – MEIs, micro e pequenos empreendedores do ramo Turístico e os participantes do programa estadual Qualifica Pará.

Resultados do Período

Destaca-se, abaixo, as principais linhas de crédito voltadas para o desenvolvimento econômico e social sustentável, e seus resultados contratados no 1º trimestre de 2023:



AGENDA ESG E RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

O Banpará busca promover o desenvolvimento econômico e social sustentável, priorizando a governança ESG. As diretrizes socioambientais do Banco foram revisadas e aprovadas pelo conselho de Administração, em virtude dos riscos e oportunidades oriundos das questões climáticas, motivadas pelas Resoluções CMN nº 4.943/2021 e 4.945/2021, consolidadas na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática – PRSAC, bem como as normas do SARB nº 14 da Febraban. Após consulta aos *stakeholders*, o Banpará reformulou sua estratégia, fortalecendo a governança de riscos socioambientais para tratar essas questões de forma estratégica.

Essas ações visam mitigar riscos e criar uma abordagem mais robusta para a gestão de responsabilidade socioambiental, enquanto alinha o Banpará com as melhores práticas de mercado, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável.

Comentário do Desempenho

Principais ações realizadas no período:

- Implementação de procedimentos para gerenciamento de riscos de imagem e reputação, bem como aprimoramento na gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos;
- Avaliação dos riscos socioambientais e reputacionais em projetos estratégicos e pedidos de patrocínio, visando impactos positivos aos clientes e a imagem do Banpará;
- Acompanhamento e tratamento de perdas decorrentes de eventos sociais, ambientais e climáticos;
- Aprovação do Plano de Gestão de Resíduos com foco na coleta seletiva e sustentabilidade. No 1T foram destinados à coleta seletiva **1,3 tonelada** de materiais recicláveis, especialmente papel, metal e plásticos;
- Divulgações regulares via e-mail sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e agenda ESG.
- Apoio financeiro a projetos sociais, como a Casa do Menino Jesus e o Espaço Nova Vida. O apoio financeiro a projetos sociais realizados por instituições sem fins lucrativos alcançou o investimento de aproximadamente **R\$ 613 mil**;
- Emprego de 90 portadores de deficiência através do Convênio com a APPD para promover a inclusão social;
- Investimento em financiamento de energia renovável para clientes pessoas físicas, visando resultados econômicos e sociais, além de contribuir com a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa e os ODS.

Ações estratégicas de sustentabilidade previstas para 2023/2024:

Redução do Consumo de Papel e Energia:

Estabelecimento de metas para mitigar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Banco.

Inventário de Emissões:

Avaliação para reduzir custos e melhorar a eficiência operacional.

Conscientização sobre Plástico:

Realização de eventos para envolver funcionários e clientes na redução do consumo de plástico, destacando o compromisso sustentável do Banco.

Educação Interna:

Fortalecimento da cultura de responsabilidade socioambiental e climática com cursos e treinamentos.

Gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos:

Integração desses riscos nos processos internos.

Comentário do Desempenho**AGRADECIMENTOS**

O Banpará encerra o 1º trimestre de 2023 agradecendo o apoio e a confiança do Governo do Estado do Pará, bem como aos nossos acionistas e clientes. Nossos resultados são fruto do comprometimento e dedicação de todo corpo funcional, os quais estendemos o agradecimento e reconhecimento. Seguiremos vigilantes aos desafios do mercado e focados em gerar valor para o Estado do Pará, como um Banco autossustentável que atua para o desenvolvimento econômico e social.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélo

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretores

Adriano de Aguiar Ribeiro

Graciele Silva de Sousa Galvão

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Vando Vagner Soares Ferreira

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Paula Alcantara Bastos Martins

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;

CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16;

CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;

Notas Explicativas

- CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram aprovadas em 22 de setembro de 2023.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Títulos e valores mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde;
e

Nota Explicativa nº 22 (a) – Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados.

Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras Intermediárias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações

Notas Explicativas

ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e Equivalente a Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na BCB nº 2/2020), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Títulos para Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa

Notas Explicativas

descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante o 1º trimestre de 2023, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

f. Relações Interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de

Notas Explicativas

financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Notas Explicativas

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 31 de março de 2023 e 31 de março de 2022, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7.2).

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Esses valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota Explicativa nº 8c).

j. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

Notas Explicativas

I. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

Notas Explicativas

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Notas Explicativas

- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.
- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.
- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro (a)	20% e 21%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Notas Explicativas

(a) Houve alteração na alíquota da CSLL, que elevou de 20% para 21% entre 1º de agosto e 31 de março de 2023, em cumprimento à Lei nº 14.446/2022.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

u. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios

Notas Explicativas

futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

v. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.03.2023	31.12.2022
Caixa	250.278	190.648
Disponibilidades em moeda nacional	217.251	166.262
Disponibilidades em moeda estrangeira	33.027	24.386
Equivalente de Caixa	389.992	1.150.163
Aplicações interfinanceiras de liquidez	389.992	1.150.163
Total	640.270	1.340.811

O montante de R\$ 640.270 em 31 de março de 2023 (R\$ 1.340.811 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa. A redução no saldo dessas aplicações se justifica pelo aumento das liberações de crédito, com destaque para os empréstimos consignados.

Notas Explicativas

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.03.2023	31.12.2022
Aplicações - Mercado Aberto	389.992	1.150.163
Posição bancada	389.992	1.150.163
Letras financeiras do tesouro	82.495	760.107
Letras do tesouro nacional	36.999	100.017
Notas do tesouro nacional	270.498	290.039
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	464.955	575.602
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	464.955	575.602
Total	854.947	1.725.765

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	31.03.2023	31.03.2022
Posição bancada	29.445	54.162
Depósitos interfinanceiros	13.951	12.946
Total	43.396	67.108

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários, tendo sua redução justificada pela diminuição no saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez em decorrência do aumento das operações de crédito.

5. Títulos e Valores Mobiliários

5.1 Classificação por tipo de papel

Títulos	31.03.2023	31.12.2022
Livres	1.380.567	1.108.355
Letras Financeiras do Tesouro	1.105.330	839.231
CVS (a)	54.793	56.198
Letras imobiliárias	218.917	211.402
Cotas de fundos de investimento em participações (b)	1.459	1.456
Bladex	68	68
Vinculados a operações compromissadas	149.028	379.570
Letras Financeiras do Tesouro	149.028	379.570
Vinculados ao Banco Central	59.225	53.743
Letras Financeiras do Tesouro	59.225	53.743
Vinculados à prestação de garantia	10.420	10.093
Letras Financeiras do Tesouro	10.420	10.093
Total	1.599.240	1.551.761
Circulante	1.542.920	1.494.039
Não circulante	56.320	57.722

Notas Explicativas

(a) O Banpará mantém em sua carteira Títulos Federais como Certificados de Variação Salarial (CVS), os quais são classificados como ativos mantidos até o vencimento. Por se tratarem de títulos públicos federais, desfrutam de uma classificação pelo Banpará como ativos isentos de risco de crédito e garantia de liquidez no vencimento. Nesse contexto, consideramos o ajuste a valor de mercado como meramente informativo, o qual não é registrado contabilmente. No que concerne aos procedimentos de ajuste de marcação a mercado, a Marcação a Mercado (MaM) dos CVS é calculada mensalmente, levando em consideração o valor nominal ajustado (VNA) divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esse cálculo engloba a correção monetária, juros e amortização do principal. O processo de MaM, aplicado aos CVS categorizados como A, B, C e D, envolve a determinação do VNa (valor nominal atualizado) do título. Com base no VNa, projeta-se o fluxo de caixa futuro, considerando as taxas de amortização e juros no período que vai desde a emissão até o vencimento do título. Em seguida, é realizada a atualização desse fluxo de caixa a valor presente, utilizando a curva de juros como fator de desconto ($DI \times TR$).

(b) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

Notas Explicativas

5.2 Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Sem vencimento	Meses		Anos			31.03.2023	31.12.2022
		Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	-	-	345.169	628.561	569.190	-	1.542.920	1.494.039
Títulos públicos	-	-	345.169	628.561	569.190	-	1.542.920	1.494.039
Letras de crédito	-	-	-	218.917	-	-	218.917	211.402
Letras financeiras tesouro	-	-	345.169	409.644	569.190	-	1.324.003	1.282.637
Títulos mantidos até o vencimento (a)	68	-	-	1.459	54.793	-	56.320	57.722
Títulos públicos	-	-	-	-	54.793	-	54.793	56.198
CVS	-	-	-	-	54.793	-	54.793	56.198
Títulos privados	-	-	-	1.459	-	-	1.459	1.456
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	1.459	-	-	1.459	1.456
Outros títulos de renda variável aplicado no exterior	68	-	-	-	-	-	68	68
Bladex	68	-	-	-	-	-	68	68
Total em 31.03.2023	68	-	345.169	630.020	623.983	-	1.599.240	-
Total em 31.12.2022	68	1.161	50.464	691.972	658.075	150.021	-	1.551.761

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 31 de março de 2023 e de 31 de dezembro 2022. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

5.3 Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	31.03.2023		31.12.2022		31.03.2023	31.12.2022
	Custo amortizado	Mercado	Custo amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	1.542.010	1.542.920	1.494.305	1.494.039	910	(266)
Letras financeiras do tesouro	1.323.093	1.324.003	1.282.903	1.282.637	910	(266)
Letras financeiras	218.917	218.917	211.402	211.402	-	-
Mantidos até o vencimento (a)	56.252	48.571	57.654	49.420	(7.681)	(8.234)
CVS	54.793	47.112	56.198	47.964	(7.681)	(8.234)
Cotas de fundos de invest. em participações	1.459	1.459	1.456	1.456	-	-
Sem Vencimento	68	68	68	68	-	-
Bladex	68	68	68	68	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Notas Explicativas

5.4 Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	31.03.2023	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	1.324.003	1.324.003	-
Letras financeiras	218.917	-	218.917
Mantidos até o vencimento			
CVS	47.112	-	47.112
Cotas de fundos de invest. em participações.	1.459	-	1.459
Sem vencimento			
Bladex	68	-	68
Total	1.599.240	1.324.003	275.237

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2022	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras financeiras do tesouro	1.282.637	1.282.637	-
Letras financeiras	211.402	-	211.402
Mantidos até o vencimento			
CVS	47.964	-	47.964
Cotas de fundos de invest. em participações	1.456	-	1.456
Sem vencimento			
Bladex	68	-	68
Total	1.543.793	1.282.903	260.890

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Notas Explicativas

Rendas com títulos e valores mobiliários

Contas	31.03.2023	31.03.2022
Resultado de títulos de renda fixa	49.780	27.134
Resultado de títulos de renda variável	4	(42)
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	1.177	2.973
Total	50.961	30.065

6. Relações Interfinanceiras

Contas	31.03.2023	31.12.2022
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	204.526	83.076
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	469.606	244.229
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	309.896	315.076
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	52.909	73.393
Total	1.036.937	715.774
Circulante	984.028	642.381
Não circulante	52.909	73.393

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 52.909 em 31 de março de 2023 (R\$ 73.393 em 31 de dezembro de 2022). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas

7. Operações de Crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	31.03.2023	31.12.2022
Operações de crédito	11.081.569	10.396.744
Empréstimos e títulos descontados	10.392.609	9.834.658
Financiamentos rurais e agroindustriais	114.036	94.394
Financiamentos imobiliários	545.071	443.310
Outros financiamentos	29.853	24.382
Outras rubricas	176.822	180.126
Valores a receber relativos a transações de pagamento	98.088	98.492
Operações de câmbio	78.734	81.634
Total da carteira de crédito	11.258.391	10.576.870
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(240.910)	(234.653)
Provisões constituídas	(236.060)	(230.704)
Outros créditos (Nota 8)	(4.850)	(3.949)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	11.017.481	10.342.217
Circulante	3.026.681	2.724.634
Não circulante	7.990.800	7.617.583

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	31.03.2023	31.12.2022
Pessoa física	10.988.936	10.308.481
Consignados	8.542.711	8.110.390
Banparacard	1.288.288	1.262.723
Cheque especial	7.751	7.690
Cartão de crédito	165.376	165.987
Sazonais	95.402	1.668
Imobiliário	502.989	413.032
Outros	386.419	346.991
Pessoa jurídica	269.455	268.389
Cheque empresarial	4.914	4.834
Capital de giro	120.977	216.593
Imobiliário	42.418	30.278
Outros	101.146	16.684
Total	11.258.391	10.576.870

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2023	31.12.2022
Parcelas vincendas	6.978.386	3.599.278	196.693	76.903	128.905	20.057	20.598	19.187	106.213	11.146.220	10.464.041
Até 30 dias	189.946	119.833	21.251	9.799	6.223	1.385	1.161	872	5.031	355.501	322.947
31 a 60 dias	176.716	108.135	15.586	7.869	5.347	1.077	1.092	801	4.604	321.227	301.952
61 a 90 dias	52.077	37.597	22.348	6.621	4.486	768	796	502	3.029	128.224	262.235
91 a 180 dias	457.229	271.105	63.955	19.583	13.210	2.296	2.712	1.858	10.666	842.614	593.643
181 a 360 dias	856.936	473.880	23.388	8.981	15.358	3.321	3.686	2.832	16.859	1.405.241	1.265.437
Acima de 360 dias	5.245.482	2.588.728	50.165	24.050	84.281	11.210	11.151	12.322	66.024	8.093.413	7.717.827
Parcelas vencidas	1	8.245	4.290	9.426	8.912	7.036	9.373	10.511	54.377	112.171	112.829
Até 14 dias	1	8.219	1.568	1.597	843	535	485	502	2.575	16.325	14.041
15 a 30 dias	-	26	2.722	2.299	542	312	1.729	146	622	8.398	9.589
31 a 60 dias	-	-	-	5.530	1.182	1.052	1.145	834	3.505	13.248	14.684
61 a 90 dias	-	-	-	-	6.345	636	682	457	1.813	9.933	14.315
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	4.501	5.332	8.572	14.341	32.746	25.975
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	31.512	31.512	34.221
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	9	9	4
Total em 31.03.2023	6.978.387	3.607.523	200.983	86.329	137.817	27.093	29.971	29.698	160.590	11.258.391	-
Total em 31.12.2022	6.415.851	3.528.785	230.398	55.861	96.477	30.159	28.255	36.282	154.802	-	10.576.870

d. Por Setores de Atividade

Setores	31.03.2023		31.12.2022	
	Valor	%	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	10.368.850	92,11	9.797.546	92,64
Varejo - Pessoas Jurídicas	127.644	1,13	136.257	1,29
Rural - Pessoa Física e Jurídica	114.036	1,01	94.394	0,89
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	23.720	0,21	23.729	0,22
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	78.734	0,70	81.634	0,77
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	545.407	4,84	443.310	4,19
Total	11.258.391	100,00	10.576.870	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.03.2023		31.12.2022	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	57.571	0,51	56.563	0,53
10 seguintes maiores devedores	131.481	1,17	134.351	1,27
20 seguintes maiores devedores	73.167	0,65	61.597	0,58
50 seguintes maiores devedores	74.891	0,67	72.869	0,69
100 seguintes maiores devedores	105.188	0,93	99.774	0,94
Demais devedores	10.816.093	96,07	10.151.716	95,99
Total	11.258.391	100,00	10.576.870	100,00

Notas Explicativas

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	31.03.2023	31.03.2022
Saldo no início do período	(230.704)	(196.476)
Provisões constituídas	(447.986)	(235.894)
Reversões de provisões	398.669	192.350
Valores baixados ou compensados com créditos	43.961	31.139
Saldo final do período	(236.060)	(208.881)
Outros créditos - Saldo no início do período	(3.949)	(3.929)
Provisões constituídas	(10.581)	(12.409)
Reversões de provisões	9.680	10.825
Outros créditos - Saldo no final do período	(4.850)	(5.513)
Saldo final do período	(240.910)	(214.394)
Circulante	(138.299)	(112.176)
Não circulante	(102.611)	(102.218)

7.3. Movimentação da carteira de renegociação

Contas	31.03.2023	31.03.2022
Saldo no início do período	149.998	122.182
Renegociação	23.522	21.309
Recebimentos	(11.227)	(3.575)
Baixas	(1.708)	(1.519)
Saldo final do período	160.585	138.397
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	58.723	49.241
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	36,57%	35,58%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	31.03.2023	31.03.2022
Adiantamento a depositante	139	43
Empréstimo	565.724	441.966
Financiamento com interveniência	1.203	662
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	8.861	8.310
Financiamentos rurais	3.035	80
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	11.800	5.015
Total	590.762	456.076

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	31.03.2023	31.12.2022
Carteira de câmbio	75.890	80.835
Créditos a receber	8.192	5.384
Serviços prestados a receber	8.192	5.384
Créditos diversos	424.514	460.560
Adiantamento e antecipações salariais	16.186	6.434
Adiantamento para pagamento	63.383	83.023
Devedores por depósitos em garantia (a)	106.572	101.275
Imposto e contribuições a compensar	95.823	93.383
Pagamentos a ressarcir	1.493	1.324
Título e crédito a receber sem característica de concessão	4.090	4.353
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	98.088	98.492
Devedores diversos – País (c)	38.879	72.276
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(9.702)	(10.200)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(4.850)	(3.949)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(4.852)	(6.251)
Circulante	498.894	536.579

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados, em sua maioria, aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 98.088 em 31 de março de 2023 (R\$ 98.492 em 31 de dezembro de 2022) e estão assim distribuídos:

Contas	31.03.2023	31.12.2022
BANPARÁ Mastercard	98.025	98.380
Valores a faturar	16.342	16.854
Faturados a receber	32.340	29.156
Parcelado lojista a agendar bandeira	49.343	52.370
Cartão BANPARÁ	63	112
Parcelado sem juros	63	112
Total	98.088	98.492

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 38.879 em 31 de março de 2023 (R\$ 72.276 em 31 de dezembro de 2022), registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

Notas Explicativas

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 4.852 em 31 de março de 2023 (R\$ 3.658 em 31 de dezembro de 2022), conforme demonstrativo abaixo:

Contas	31.03.2023	31.03.2022
Saldo no início do período	(6.251)	(2.924)
Provisões constituídas	(1.638)	(970)
Reversões de provisões	3.037	236
Saldo final do período	(4.852)	(3.658)

9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e equip. de uso	Sistema de comunicação	Sist. proc. dados e equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	1.514	58.218	23.933	10.790	116.604	14.494	171	225.724
Depreciação acumulada	-	(37.534)	(16.031)	(6.606)	(96.642)	(8.017)	(171)	(165.001)
Líquido 31.12.2022	1.514	20.684	7.902	4.184	19.962	6.477	-	60.723
Aquisições	549	-	719	-	117	114	-	1.499
Baixas custo	-	-	(21)	-	(133)	-	-	(154)
Baixas depreciação	-	-	-	-	133	-	-	133
Depreciação	-	(159)	(462)	(238)	(1.969)	(250)	-	(3.078)
Transferências	(549)	549	-	-	-	-	-	-
Movimentação líquida	-	390	236	(238)	(1.852)	(136)	-	(1.600)
Custo	1.514	58.767	24.631	10.790	116.588	14.608	171	227.069
Depreciação acumulada	-	(37.693)	(16.493)	(6.844)	(98.478)	(8.267)	(171)	(167.946)
Líquido 31.03.2023	1.514	21.074	8.138	3.946	18.110	6.341	-	59.123

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	188.013	23.060	3.000	15.824	229.897
Amortização acumulada	(96.364)	-	(3.000)	-	(99.364)
Líquido 31.12.2022	91.649	23.060	-	15.824	130.533
Aquisições	4.980	2.129	3.000	-	10.109
Baixas custo	(899)	-	-	-	(899)
Baixas amortização	899	-	-	-	899
Amortização	(9.421)	-	-	-	(9.421)
Transferências	-	-	-	-	-
Movimentação líquida	(4.441)	2.129	3.000	-	688
Custo	192.094	25.189	6.000	15.824	239.107
Amortização acumulada	(104.886)	-	(3.000)	-	(107.886)
Líquido 31.03.2023	87.208	25.189	3.000	15.824	131.221

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Contas	31.03.2023	31.12.2022
Circulante	10.303.753	9.954.982
Depósitos à vista	1.831.827	1.694.744
Depósitos do público	358.036	340.066
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	15.525	10.904
Depósitos de governo	1.457.864	1.343.372
Depósitos a prazo	6.911.003	6.659.082
Depósitos de poupança	1.560.923	1.601.156
Não circulante	2.474.054	2.493.935
Depósitos a prazo	2.474.054	2.493.935
Total	12.777.807	12.448.917

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

Notas Explicativas

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Poupança	31.03.2023	31.12.2022
Sem vencimento	1.831.827	487	1.560.923	3.393.237	3.295.900
Até 30 dias	-	261.152	-	261.152	427.955
De 31 a 60 dias	-	139.101	-	139.101	309.850
De 61 a 90 dias	-	139.126	-	139.126	179.457
De 91 a 180 dias	-	967.783	-	967.783	759.608
De 181 a 360 dias	-	5.403.181	-	5.403.181	4.982.212
Acima de 360 dias	-	2.474.227	-	2.474.227	2.493.935
Total	1.831.827	9.385.057	1.560.923	12.777.807	12.448.917

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Poupança	31.03.2023	31.12.2022
Sociedades ligadas	1.352.633	5.471.487	-	6.824.120	6.525.026
Pessoas físicas	226.053	1.329.503	1.503.455	3.059.011	3.082.403
Invest. institucionais	-	2.015	-	2.015	2.011
Instituição financeira	402	-	-	402	402
Pessoas jurídicas	135.476	1.441.617	57.468	1.634.561	1.675.202
Governo municipal	105.815	1.140.435	-	1.246.250	1.156.534
Outros	11.448	-	-	11.448	7.339
Total	1.831.827	9.385.057	1.560.923	12.777.807	12.448.917

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	31.03.2023	31.12.2022
Recompras a liquidar - Carteira própria	148.937	378.619
Total	148.937	378.619

e. Despesas de captação

	31.03.2023	31.03.2022
Depósitos de poupança	(29.732)	(22.505)
Depósitos a prazo	(249.764)	(192.570)
Depósitos judiciais	(1)	(14)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(2.989)	(1.861)
Letras financeiras	(5.850)	(143)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(3.909)	(3.634)
Total	(292.245)	(220.727)

A variação observada nas despesas de captação se refere ao aumento da taxa Selic no ano de 2022.

Notas Explicativas

11. Relações Interfinanceiras

	31.03.2023	31.12.2022
Transações de pagamento	113.931	94.042
Total	113.931	94.042

O montante de R\$ 113.931 em 31 de março de 2023 (R\$ 94.042 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

12. Emissão de Títulos

	31.03.2023	31.12.2022
Circulante	-	1.554
Recursos de letras financeiras	-	1.554
Não circulante	173.482	167.645
Recursos de letras financeiras	173.482	167.645
Total	173.482	169.199

O montante de R\$ 173.482 em 31 de março de 2023 (R\$ 169.199 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco. Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31.03.2023	31.12.2022
No exterior	72.074	78.857
No país	23.537	26.532
Total	95.611	105.389

O montante de R\$ 95.611 em 31 de março de 2023 (R\$ 105.389 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

No exterior são operações, principalmente, de Captação (*Funding*) em bancos de outros países.

No país refere-se a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

Notas Explicativas

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	31.03.2023	31.12.2022
Circulante	120.941	128.469
Provisão com pessoal	36.954	23.838
Provisão com PLR	8.438	20.222
Provisão para outras despesas administrativas	46.865	55.685
Passivo para risco – Trabalhista*	15.086	18.422
Passivo para risco – Cível*	7.997	1.914
Passivo para risco – Tributária*	2.876	5.640
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	127	126
Outros	2.598	2.622
Não circulante	36.608	34.338
Passivo para risco – Trabalhista*	21.698	16.835
Passivo para risco – Cível*	9.198	14.811
Passivo para risco - Tributário*	5.712	2.692
Total	157.549	162.807

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	31.03.2023	31.12.2022
Circulante	198.843	172.520
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	33.706	5.253
Sociais e estatutárias	187	266
Fiscais e previdenciárias	30.476	34.293
Obrigações por convênios	10.127	9.986
Obrigações por prestação de serviços	68.218	68.105
Credores por recursos a liberar	35.125	33.229
Credores diversos – País (a)	19.797	20.086
Obrigações por transações de pagamento	46	113
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	660	780
Outras obrigações	501	409
Total	198.843	172.520

(a) O montante de credores diversos, composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 19.797 em 31 de março de 2023 (R\$ 20.086 em 31 de março de 2022).

16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as

Notas Explicativas

quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 36.784 em 31 de março de 2023 (R\$ 35.257 em 31 de dezembro de 2022).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 6.563 em 31 de março de 2023 (R\$ 8.224 em 31 de dezembro de 2022), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 31 de março de 2023 é R\$ 17.290 (R\$ 16.725 em 31 de dezembro de 2022).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 96.899 em 31 de março de 2023 (R\$ 93.615 em 31 de dezembro de 2022) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Notas Explicativas

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de março de 2023 é R\$ 8.587 (R\$ 8.332 em 31 de dezembro de 2022).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 37.172 em 31 de março de 2023 (R\$ 22.744 em 31 de dezembro de 2022), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Movimentação das provisões judiciais

	31.12.2022				31.12.2021			
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Total	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Total
No início do período	35.257	16.725	8.332	60.314	33.980	18.495	7.661	60.136
Atualização monetária	1.494	817	255	2.566	1.243	1.024	187	2.454
Constituições	2.134	475	-	2.609	1.558	255	-	1.813
Reversões	(1.721)	(327)	-	(2.048)	(2.381)	(461)	-	(2.842)
Pagamentos	(380)	(400)	-	(780)	(1.344)	(92)	-	(1.436)
No final do período	36.784	17.290	8.587	62.661	33.056	19.221	7.848	60.125
Dep. Judiciais	23.162	17.065	66.122	106.349	19.822	16.295	58.391	94.508

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	15.086	8.091	2.876	26.053
De 1 a 5 anos	21.698	9.190	5.711	36.599
Acima de 5 anos	-	9	-	9
Total	36.784	17.290	8.587	62.661

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

Notas Explicativas

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.03.2023		31.12.2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	17	0,000	17	0,000
Demais Acionistas	1.444	0,015	1.268	0,013
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.450	2.199	9.521.649	0,023

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

b. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

No período do 1º trimestre de 2023 não houveram pagamentos de dividendos ou juros de capital próprio.

Notas Explicativas

18. Gestão de Risco

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos consiste em identificar, medir, avaliar, monitorar, controlar e relatar todos os riscos associados às operações do Banco, por meio da governança corporativa e de uma abordagem proativa de monitoramento contínuo dos riscos inerentes à estratégia de negócios.

Os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que o Banco atua são avaliados de forma contínua e integrada, por meio de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos.

O principal objetivo é assegurar que os indicadores de riscos estejam dentro dos limites e das métricas quantitativas e qualitativas estabelecidas na RAS, que configuram um elemento fundamental para o cumprimento do planejamento estratégico e orçamentário, de acordo com o tamanho e a complexidade das operações.

No fechamento de 31 de março de 2023 o Banco manteve o contínuo monitoramento dos limites estabelecidos na declaração de apetite por riscos, não sendo necessária a ativação de nenhuma ação mitigadora dos planos de contingências.

Risco de crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento de riscos no Banpará é contínuo e integrado, o que possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco de crédito na Instituição, e compreende as seguintes principais atividades:

Notas Explicativas

- Gerencia o processo de elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias.
- Elabora modelos de classificação de risco de crédito, baseada no conceito dos C's do crédito visando realizar a avaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão para subsidiar a deliberação das operações, conforme definições constantes no manual de alçada de crédito.
- Monitora e controla o desempenho das carteiras de crédito, tendo em vista os limites aprovados pela Alta Administração.
- Fornece reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito à estrutura organizacional responsável por sua gestão na instituição, bem como as conclusões e providências adotadas.
- Observa a regulamentação contábil em vigor e implementa mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes em face das perdas esperadas;
- Avalia previamente o risco de crédito de todas as novas modalidades de produtos e serviços, levando em consideração os riscos inerentes, o nível de exposição e a proposição de controles e monitoramento.
- Estabelece cenários de estresse para avaliação da resiliência da instituição a choques macroeconômicos adversos, para avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversas na instituição ou em um portfólio específico.
- Adota boas práticas de mercado relacionadas às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, também realiza avaliação dos potenciais clientes considerando o risco socioambiental.

O saldo total de crédito no mês março de 2023 atingiu R\$ 11.258.391 e permanece concentrado em operações direcionadas para clientes Pessoa Física:

NÍVEL DE RISCO	1º Tri 2022	2º Tri 2022	3º Tri 2022	4º Tri 2022	1º Tri 2023
Pessoa Física	97,49%	97,60%	97,19%	97,46%	97,61%
Pessoa Jurídica	2,51%	2,40%	2,81%	2,54%	2,39%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O Banpará mantém 96,58% do crédito nas classes de risco AA - C. A razão pelo qual se sustenta essa classificação, está relacionada a concentração do crédito em

Notas Explicativas

operações com consignação em folha e concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada:

NÍVEL DE RISCO	31.03.2023		31.12.2022	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	6.978.386	61,98	6.415.851	60,66
A	3.607.524	32,04	3.521.785	33,36
B	200.983	1,79	230.398	2,18
C	86.329	0,77	55.861	0,53
D - H	385.169	3,42	345.975	3,27

A inadimplência passou a representar **1,28%** do crédito total:

1º Tri 2022	2º Tri 2022	3º Tri 2022	4º Tri 2022	1º Tri 2023
1,58%	1,51%	1,25%	1,34%	1,28%

Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo esta Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Para identificar e mensurar as posições que expõem o Banpará ao risco de mercado é calculado e monitorado diariamente o VaR (*Value at Risk*) paramétrico, por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 du (dia útil), com 95% de confiança. Segue abaixo valor exposto ao risco de mercado na carteira de negociação por fator de risco:

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	31.03.2023	31.03.2022
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	279.865	2.439.973
USD	28.914	2.689
Euro	1.620	3.739
Total	310.399	2.446.401

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

- Cenário provável - os choques para a taxa de juros prefixada foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 1 du – 13,65% e 63 du (1T) – 13,63% da curva de juros futuros de DI1 negociadas na B3. Para as moedas estrangeiras (USD e EUR) foram consideradas as diferenças nas cotações PTAX (USD – R\$ 5,08 e EUR – R\$ 5,52) das moedas do dia 31 de março de 2023 e o Dólar e Euro futuros (63 du) negociados na B3 (USD – R\$ 5,16 e EUR – R\$ 5,63).
- Cenário possível - considerando que nos últimos 10 anos de reunião do COPOM para definição da taxa Selic meta, em menos de 15% das vezes a variação trimestral foi superior a 150 bps, utilizaremos como choque um acréscimo ou redução da taxa de 175 bps, divulgando o choque que ocasione resultado menos favorável ao Banco. Para as moedas, considerando o mesmo histórico trimestral em menos de 15% das vezes, a variação foi superior a 12,20% para o dólar e 11,43% para o euro, portanto os choques aplicados serão de 12,21% para o dólar e 11,44% para o euro, tanto para valorização quanto para desvalorização, divulgando o choque que provoque resultado menos favorável ao Banpará (Fontes de dados: Bacen e B3)

Análise de sensibilidade - Carteira de Negociação

Cenários	Fatores de risco			Total da perda	
	Taxa de juros	Moedas USD	Moedas EURO		
	31.03.2023	31.03.2023	31.03.2023	31.03.2023	%PR
Provável	-5	447	31	473	0,03
Possível	-411	-3.531	-186	-4.128	-0,25

* Para a elaboração da metodologia dos cenários de 31.03.2023, utilizou-se os valores de Dólar e Euro futuro da B3, dessa forma não foi possível realizar comparações.

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência (PR), uma vez que a carteira de negociação é formada principalmente por operações compromissadas de curto prazo (1du) e pela carteira de câmbio, que representa apenas 2,52% do valor exposto ao risco da carteira total do Banco.

Notas Explicativas

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação para o IRRBB é realizado mensalmente verificando sempre a margem sobre o PR. No acompanhamento verificou-se um aumento de alocação para o IRRBB de 44,95% em março de 2023 (R\$ 260.239), quando comparado a março de 2022 (R\$ 179.534), contudo o Banpará apresenta margem suficiente de PR para alavancagem das exposições.

Risco de liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017, suas alterações e com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA), que possam ser prontamente convertidos em espécie quando necessário, assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento de exposição ao risco de liquidez.

Notas Explicativas

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 dias úteis, as quais permitem avaliar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, é monitorado o Índice de Gap médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30, 60 e 90 dias, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações financeiras

As posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem mínima projetada são reportadas aos órgãos de governança, via relatórios mensais e tempestivos, com o intuito de identificar situações que possam comprometer o limite mínimo de liquidez do Banco, levando em consideração tanto o planejamento estratégico quanto as condições de mercado.

Em 31 de março de 2023, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, proporcionando tranquilidade para honrar saídas esperadas e inesperadas de recursos, tanto em cenário de normalidade como em cenário de estresse financeiro.

Risco socioambiental:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da PRSA, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da instituição, as Gerências de Risco de Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica (GERCE e GERIF), responsáveis por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

Notas Explicativas

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade socioambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a classificação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes da carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrência socioambientais (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

Notas Explicativas

No processo institucional, a área de risco operacional realiza a mitigação do risco socioambiental por meio da análise da base de perdas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco. Realiza, ainda, o monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das validades das classificações de risco social, ambiental e climático geradas na concessão de crédito, em conjunto com as agências de relacionamento, e do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados do cliente. Já o controle, ocorre com a criação do plano de ação direcionado para o cliente dada a necessidade de regularização do compliance das documentações.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e o controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo de capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital, tais como:

- Monitoramento do patrimônio de referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.
- Os impactos das oscilações das parcelas de RWA no Índice de Basileia e no Plano de Capital.
- O acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco.
- A realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) para avaliação de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio.

Notas Explicativas

- A elaboração e a revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de cinco anos.
- Os reportes do processo de gerenciamento de capital aos órgãos de governança da instituição, realizados mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores (DICRI), pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos (NUPLE), pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro (SURIS), e por todas as demais unidades envolvidas no processo.

Entre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco.
- Plano de capital abrangendo o horizonte de cinco anos.
- Plano de Contingência de Capital.
- Declaração de Apetite por Riscos (RAS).
- Programa de Teste de Estresse.
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Análise de resultado de capital no exercício

Em 31 de março de 2023, o PR encerrou o ano com R\$ 1.637.245, superior em 3,06% (R\$ 48.600) na comparação com 31 de dezembro de 2022, impulsionado pelo resultado líquido do período.

O Montante da parcela de RWA no 1º trimestre de 2023 totalizou R\$ 10.382.890, crescendo 5,58% (R\$ 549.185) em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento foi decorrente ao crescimento das parcelas de exposição ao risco de crédito

Notas Explicativas

- RWACPAD em 4,35% (R\$ 385.151), ao risco de mercado - RWAMPAD 36,18% (R\$ 28.558), e ao risco operacional - RWAOPAD em 14,95% (R\$ 135.476).

O IB registrado foi de 15,77%, uma variação percentual de 2,38% em relação a 31 de dezembro de 2022, impactado pelo crescimento de R\$ 549.185 do montante da parcela do RWA, que teve a variação percentual maior que o PR para o período.

Índice de Basileia	31.03.2023	31.12.2022
Patrimônio de Referência - PR	1.637.481	1.588.645
Nível I	1.637.481	1.588.645
Capital principal	1.637.481	1.588.645
Capital social	1.473.122	1.473.122
Reservas de capital, reavaliação e de lucro	246.056	246.056
Contas de resultado credoras	1.188.129	-
Contas de resultado devedoras*	(1.138.841)	-
Sobras de lucro	236	-
Ajustes prudenciais*	(131.221)	(130.533)
Ativos ponderados pelo risco - RWA**	10.382.890	9.833.705
Exposição ao risco de crédito - RWACPAD	9.233.460	8.848.309
Exposição ao risco de crédito - RWAMPAD	107.480	78.923
Exposição ao risco de variação da taxa de juros prefixadas- RWAJUR1	22.384	15.705
Exposição ao risco de variação cambial - RWACAM	85.096	63.218
Exposição ao risco operacional - RWAOPAD	1.041.950	906.474
IRRBB	260.239	246.012
Valor de margem sobre PR***	287.038	310.094
Índice de Basileia Banpará - IB	15,77%	16,16%

* O saldo das Contas de Resultado Devedoras e Ajustes Prudenciais reduz o valor de PR.

** Os componentes RWA_{JUR2}, RWA_{JUR4} e RWA_{COM} não são demonstrados no quadro, pois o Banco não possui tais exposições.

*** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação.

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

a. Plano de suplementação de aposentadoria

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é

Notas Explicativas

efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, apresenta as seguintes características:

CARACTERÍSTICAS	PREVRENDA
Modalidade (consoante à Resolução CNPC nº 41/2021)	Contribuição Definida – CD
Situação	Ativo/em funcionamento
Patrocinadoras	Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ
Tipo de patrocínio	Lei complementar nº108 e 109/01
Quantidade de grupo de custeio	01

Adicionalmente, o **Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA** assegura os seguintes benefícios, segundo os dispositivos regulamentares vigentes:

- a) Renda temporária.
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo.
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício.
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Segue abaixo as últimas informações atualizadas:

	31.03.2023	31.12.2021
Participantes ativos		
Quantidade	1.526	1.309
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	10.202	9.657
Participantes assistidos		
Quantidade	86	78
Idade média (anos)	73	72
Benefício médio (R\$)	2.113	1.743
Pensionistas		
Quantidade	47	45
Idade média (anos)	58	55
Benefício médio	1.435	2.091

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 R1 que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

Notas Explicativas

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das avaliações atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 30 de novembro de 2022 observou o layout estabelecido, bem como foi submetida à análise de consistência e testes de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes, sendo considerada adequadas para fins de avaliação atuarial.

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, das quais é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

As principais premissas atuarias utilizadas (médias anuais):

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	31.03.2023	31.12.2021
Posição dos dados	Nov-22	Nov-21
Elegibilidade	Primeira Idade	Primeira Idade
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar		
Ativos	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)	Hx (Diferença de Idade: 3 anos)
Aposentados	Cadastro Individual	Cadastro Individual
Crescimento real de salários	2,24%	2,24%
Taxa de rotatividade	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)	MERCER PREV-RENDA (Taxa média de 2,74% a.a.)
Taxa real anual de juros	6,10%	5,24%
Taxa de Inflação projetada*	5,64%	4,96%
Taxa anual de juros	12,08%	10,46%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	12,08%	10,46%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F Geracional AA	RP 2000 M&F Geracional AA
Índice de atualização	INPC	INPC
<i>*Representa a inflação projetada conforme informado pela patrocinadora</i>		
Principais premissas atuarias		
Crescimento real de salários	2,24%	
Taxa real anual de juros	6,10%	
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F Geracional AA	

Notas Explicativas

19.2 Reconhecimento do plano de benefícios

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Resolução CVM nº 110/2022, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme demonstrado a seguir:

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, das quais é descontado o custeio integral dos benefícios de risco (Benefício por Morte e por Invalidez do Participante Ativo) geridos no sistema de repartição simples.

O Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA é superavitário e não possui Fundo Previdencial de Revisão de Plano, possuindo, no entanto, um Fundo Previdencial classificado como Outros Definidos em Nota Técnica, que tem finalidade de abater as contribuições deste.

Conclui-se que não existem benefícios econômicos que possam ser reconhecidos. Adicionalmente, o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA não registra valores em Exigível Contingencial, referente a demandas judiciais de participantes contra o ICATU-FMP, não existindo, portanto, risco legal a ser contabilizado referente ao seu patrocínio.

Outrossim, não foram registradas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos investimentos no período analisado, não havendo risco de crédito referente à contabilização dos ativos financeiros do plano.

Notas Explicativas

A) - Conciliação dos ativos do plano		
	31.03.2023	31.12.2021
Valor justo dos ativos no início do período	2.689	2.149
Receita de juros dos ativos	351	256
Contribuições do patrocinador	283	263
Contribuições do empregado	-	-
Benefícios pagos	-	-
Efeitos da mudança da taxa de câmbio	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (alt. regulamentar)	-	-
Ganhos/(perdas) sobre o ativo justo	27	21
Valor justo dos Ativos no final do período	3.350	2.689
B) - conciliação do valor presente da obrigação de benefício definido		
	31.03.2023	31.12.2021
Valor da obrigação atuarial no início do período	(680)	(658)
Custo de juros líquido	(36)	(82)
Custo do serviço corrente líquido	-	-
Custo do serviço passado	-	-
Benefícios pagos	-	-
Contribuições patrocinador	-	-
Contribuições assistidos	-	-
Efeito de combinações e alienações de negócios (alt. regulamentar)	-	-
Ganhos/ (perdas) sobre a obrigação atuarial	(57)	60
- Ganhos/ (perdas) decorrentes da experiência	(61)	(3)
- Ganhos/ (perdas) decorrentes de mudança biométricas	-	-
- Ganhos/ (perdas) decorrentes de mudança financeira	4	63
Valor da obrigação atuarial no final do período	(773)	(680)

Com efeito, o Plano auferiu nível de solvência econômica e atuarial no montante de R\$ 2.577, equivalente a 333,22% do Valor da Obrigação Atuarial do Plano.

Assim sendo, não há, portanto, passivo a ser reconhecido ou aportes adicionais a serem vertidos, à luz da CPC 33 (R1), para 31 de março de 2023.

19.3 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

Notas Explicativas

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados ativos, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

O custeio do plano de assistência à saúde é integralmente arcado pelos empregados inativos, estes são aderentes ao plano de demissão voluntária de 2019 e enquadrados no acordo coletivo sobre a emenda constitucional 102/2019.

20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de

Notas Explicativas

produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.03.2023	31.12.2022
Estado do Pará	6.824.120	6.525.040
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	1.352.633	1.271.893
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	5.471.487	5.253.147

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e Participações dos Administradores	31.03.2023	31.03.2022
Remuneração	660	578
Diretoria	425	352
Conselho de Administração	235	226
Participação nos Lucros e resultados	95	62
Administradores	95	62

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Em 31 de março de 2023 o Banco possui o valor de R\$ 3.315 (R\$ 4.882 em 31 de dezembro de 2022) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 31 de março de 2023, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 17 ações.

Notas Explicativas

21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 31 de março de 2023 R\$ 253.488.

22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	31.03.2023		31.03.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	109.970	130.804	94.454	110.037
Participações no lucro	(35.685)	(35.685)	(42.019)	(42.019)
Juros s/ capital próprio e participações	-	-	-	-
Base de cálculo	74.286	95.119	52.436	68.018
Adições (exclusões)	43.158	22.412	43.877	28.295
Base de cálculo	117.444	117.531	96.313	96.313
Alíquota normal (15% e 20%)	17.617	23.506	14.447	19.263
Adicional do imposto de renda (10%)	11.738	-	9.625	-
IR e CSLL devidos	29.355	23.506	24.072	19.263
Programa de alimentação ao trabalhador	(705)	-	(578)	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-
Prorrogação da licença maternidade	(311)	-	(137)	-
IR e CSLL a Pagar	28.339	23.506	23.357	19.263

a. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O Banco registra como ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 195.714 relativo às diferenças temporárias de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para outros créditos e provisões judiciais trabalhistas, ativadas em 2013 a 2022 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e de 20% de CSLL até 2022.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Notas Explicativas

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resolução CMN nº 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de dez anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de março de 2023:

Créditos tributários	31.12.2022	31.03.2023		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	105.162	15.147	(11.578)	108.731
Diferença temporária - CSLL	84.128	12.117	(9.262)	86.983
Total	189.290	27.264	(20.840)	195.714

Em 31 de março de 2023, o Banco possuía registrado o montante de R\$ 195.714 (R\$ 189.290 em 31 de dezembro de 2022) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária de IRPJ e CSLL, provenientes de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões judiciais trabalhistas, provisão para outros créditos, provisão de licença prêmio, provisão judiciais cíveis e marcação a mercado, dos quais R\$ 20.840 foram realizados ao longo do período.

Créditos tributários	31.12.2022	31.03.2023		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	151.771	22.193	(17.258)	156.706
Diferença Temporária - Trabalhista	15.867	1.632	(946)	16.553
Diferença Temporária - Prov. outros créditos.	4.648	551	(775)	4.424
Diferença Temporária - Prov. licença prêmio	9.359	2.307	(1.414)	10.252
Diferença Temporária - Prov. cíveis	7.525	581	(327)	7.779
Diferença Temporária - Marcação a mercado	120	-	(120)	-
Total	189.290	27.264	(20.840)	195.714

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao

Notas Explicativas

Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Marcação a Mercado:

Projeção de realização	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2032	Total
Crédito tributário de I.R	12.741	12.136	12.009	11.903	11.318	48.623	108.730
Crédito tributário de C. social	10.193	9.709	9.607	9.523	9.054	38.898	86.984
Total dos créditos	22.934	21.845	21.616	21.426	20.372	87.521	195.714
Taxa média de captação a.a. (%)	10,77	7,27	6,82	6,71	6,72	33,64	
Valor presente do crédito tributário	20.705	18.385	17.030	15.819	14.094	50.413	136.446

b. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de março de 2023 totalizavam R\$ 4.674 (R\$ 4.559 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de março de 2023, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2022	31.03.2023				
	Saldo	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	8.331	-	256	-	8.587	3.864
Provisão para outros valores e bens	1.800	-	-	-	1.800	810
Total das adições temporárias	10.131	-	256	-	10.387	4.674

c. Passivos fiscais diferidos não registrados

Em 31 de março de 2023 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 409 relativos a ajustes positivos de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários, decorrentes de oscilações de taxas de mercado por diversos fatores relacionados com a conjuntura econômica, tanto doméstica como internacional.

Obrigações Tributárias	31.12.2022	31.03.2023		
	Saldo	Reversão	Constituição	Ativação
Diferença Tributária - IRPJ	-	227	-	227
Diferença Tributária – CSLL	-	182	-	182
Total	-	409	-	409

Notas Explicativas

23 Outras Receitas e Despesas

23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	31.03.2023	31.03.2022
Recuperação de encargos e despesas	157	171
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	3.037	236
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	3.154	3.984
Reversão de provisões passivas	2.830	4.279
Atualização de valores ativos	2.449	1.952
Atualização de depósitos judiciais	2.769	1.899
Variação cambial e diferença de taxas	2.800	10.694
Outros	162	173
Total	17.358	23.388

Outras despesas operacionais	31.03.2023	31.03.2022
Serviços associados a transações de pagamento	(782)	(705)
Desc. concedidos em renegociações	(213)	(286)
Variação cambial e diferença de taxas	(2.649)	(2.224)
Estorno de rendas	(288)	(30)
Provisões contingenciais	(5.176)	(4.267)
Provisão de outros créditos em liquidação	(1.638)	(970)
Ações cíveis	(263)	(626)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(2.633)	(103)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	(1.033)
Outras provisões passivas	5.126	-
Outros	(502)	(308)
Total	(19.270)	(10.552)

23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	31.03.2023	31.03.2022
Insubsistências passivas	82	34
Superveniências ativas	659	662
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	-	26
Outras receitas	53	98
Insubsistências ativas	(3)	(22)
Superveniências passivas	(18)	(1)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(266)	(919)
Outras despesas	(137)	(262)
Total	370	(384)

Notas Explicativas

23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	31.03.2023	31.03.2022
Rendas por serviços de pagamento	2.543	2.175
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	846	819
Rendas de cobrança	245	264
Rendas de pacotes de serviços - PF	25.709	20.242
Rendas de serviços diferenciados - PF	430	336
Rendas de serviços especiais - PF	454	425
Rendas de convênios	641	678
Rendas de comissão de seguros e outros	4.535	3.416
Rendas de outros serviços	1.451	710
Total	36.854	29.065

23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	31.03.2023	31.03.2022
Fornecimento de 2ª via de cartão	83	37
Saque de conta depósito à vista e poupança	1.319	753
Transferência por meio de DOC/TED	903	910
Concessão de adiantamento e depositante	272	106
Anuidade cartão de crédito	4.120	3.358
Pacote de serviço	2.741	2.543
Fornecimento de folha de cheque	63	66
Operações de crédito	138	87
Manutenção de conta ativa	223	210
Convênios	2.211	1.917
Outras rendas	478	328
Total	12.551	10.315

23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	31.03.2023	31.03.2022
Honorários	(735)	(636)
Encargos sociais	(34.108)	(26.234)
Benefícios	(25.871)	(20.263)
Proventos	(91.673)	(75.512)
Remuneração de estagiários	(543)	(531)
Treinamento	(334)	(319)
Total	(153.264)	(123.495)

Notas Explicativas

23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	31.03.2023	31.03.2022
Água e energia	(3.445)	(3.743)
Aluguéis	(9.636)	(8.498)
Comunicações	(9.409)	(7.908)
Contribuições filantrópicas	(184)	(123)
Manutenção e conservação de bens	(4.816)	(5.721)
Material	(377)	(725)
Processamento de dados	(32.459)	(31.154)
Promoções e relações públicas	(1.006)	(3.273)
Propaganda e publicidade	(4.615)	(1.582)
Publicação	(10)	(17)
Seguro	(39)	(120)
Serviços do sistema financeiro	(10.703)	(9.338)
Serviços de terceiros	(3.383)	(3.625)
Serviços de vigilância	(19.322)	(16.942)
Serviços técnicos especializados	(2.190)	(1.493)
Transportes	(5.715)	(9.152)
Viagens	(139)	(56)
Outras despesas administrativas	(1.552)	(1.743)
Amortização	(9.421)	(7.747)
Depreciação	(3.078)	(3.268)
Total	(121.499)	(116.228)

23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	31.03.2023	31.03.2022
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(2.468)	(1.969)
Contribuição ao COFINS	(18.048)	(14.832)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.933)	(2.410)
Outras despesas tributárias	(1.120)	(870)
Total	(24.569)	(20.081)

24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 12,38%, e o IPCA projetado* para os próximos 12 meses de 4,05%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Notas Explicativas

Operação - CDI	Base 31.03.2023	Cenário provável (13,28%)	Cenário possível - estresse 25% (16,60%)	Cenário remoto - estresse 50% (19,92%)
Títulos e valores mobiliários	1.599.240	(212.379)	(265.474)	(318.569)
Operação - IPCA	Base 31.12.2022	Cenário provável (4,05%)	Cenário possível - estresse 25% (5,06%)	Cenário remoto - estresse 50% (6,08%)
Provisão para contingências	62.787	(2.543)	(3.177)	(3.817)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 30/12/2022.

Para provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a análise de sensibilidade busca medir o efeito do aumento da provisão para fazer face as perdas em função do incremento percentual de 150% dos ativos problemáticos. No incremento, a despesa de provisão estimada é de R\$ 57.497 e o resultado do Banco sofrerá impactos decorrentes desse aumento, conforme demonstrativo a seguir.

Cenário atual	Saldo	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático
AA	6.978.387	-	-
A	3.607.523	-	-
B	200.983	-	-
C	86.329	-	-
D	137.817	-	-
E	27.093	11.057	3.317
F	29.971	12.339	6.169
G	29.698	20.972	14.681
H	160.590	99.773	99.773
Total	11.258.391	144.141	123.940

Aumento 150% ativo problemático	193.671
--	----------------

Cenário estresse	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático	Complemento de provisão
E	16.587	4.976	1.659
F	18.508	9.254	3.085
G	31.459	22.021	7.340
H	149.659	149.659	4.986
Total ativo problemático	216.213	185.910	17.070

Notas Explicativas

25. Outras Informações

a. Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 31 de março de 2023, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

b. Eventos subsequentes

No início do exercício de 2023, o Banpará identificou uma diferença no seu passivo em decorrência de inconsistências relacionadas a provisão de férias e seus respectivos encargos sociais que estão sendo apuradas, tanto internamente, pelo Banco, quanto pela auditoria externa independente, após a conclusão dessa análise o Banpará procederá com o ajuste necessário.

c. Processo Investigatório

Ao final de 2022, o Banco tomou conhecimento de denúncias anônimas tendo por objeto supostas práticas irregulares em operações com fornecedores, em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia. Diante disso, o Conselho de Administração determinou a constituição de Comitê de Investigação para apuração dos fatos alegados nas denúncias.

A partir de investigações internas, concluiu-se que não foram evidenciados indícios de ato intencional de um ou mais indivíduos da administração que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal e que o pagamento à fornecedores está em conformidade com os regulamentos internos do Banco.

Visando fortalecer a Governança e atender as boas práticas, o Consad autorizou a contratação de especialistas externos independentes.

Em paralelo as ações adotadas acima, o Banpará prosseguirá acompanhando os resultados das investigações, cooperando plenamente com o processo de investigação conduzido pelo especialista externo, ressaltando que a instituição repudia fielmente qualquer prática de corrupção e que com o intuito de manter a ética

Notas Explicativas

e a transparência de suas ações, disponibiliza frequentemente ao mercado informações relativas à condução das apurações das referidas denúncias.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos e compliance, o Banco implementou várias medidas objetivando o aprimoramento de processos e gestão de governança corporativa da Instituição. Entre as medidas realizadas destacamos: a Revisão do Código de Ética e Conduta com vistas ao aprimoramento dos princípios adotados pela Instituição de forma a refletir a realidade e o contexto no qual está inserida; manutenção das imposições legais, das determinações dos órgãos reguladores e das melhores práticas do mercado. Obtendo, dessa forma, a melhor relação possível com os fatores internos e externos à Instituição, garantindo o crescimento constante apresentado nos últimos anos, contornando as adversidades organizacionais e evoluindo com elas.

É relevante destacar, outrossim, que Banpará entrou na lista das Empresas e Instituições Signatárias do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção em agosto/2022; assim como realizou treinamento institucional para todos os seus funcionários a respeito da temática de anticorrupção.

Cabe mencionar, ainda, que o Banpará possui Programa de Compliance, elemento de estrutura de governança corporativa, que consiste em um conjunto de procedimentos, mecanismos e diretrizes internas, envolvendo toda a Instituição e as partes interessadas, constituído com o fim de monitorar, prevenir e tratar possíveis irregularidades normativas na realização das atividades do Banco e, conseqüentemente, mitigar os riscos de compliance.

Ademais, foram compreendidos no desenho do Programa os requisitos expressos nos dispositivos legais que versam sobre Integridade e, mais especificamente: da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; Do Decreto Federal nº 8.420, de 18 de março de 2015; Do Decreto Estadual nº 2.289, de 13 de dezembro de 2018 e do Normativo SARB 021/2019, de março de 2019. Desta forma, medidas anticorrupção estão integradas ao Programa de Compliance Banpará.

Notas Explicativas

Dentre os pilares do programa merece destaque o Canal de Denúncia que se caracteriza como a via de comunicação oficial disponibilizada no site institucional a todo público interno e externo, para reporte de potenciais violações ao Código de Ética e Conduta do Banpará, Políticas internas e aos dispositivos regulatórios aplicáveis às atividades do Banco.

Com o objetivo de aprimoramento contínuo do Canal, inclusive para dar celeridade à apuração de ocorrências, em 2023, houve a atualização do Manual de Normas e Procedimentos do Canal de Denúncias do Banpará no que concerne a atualização dos fluxos do processo, das responsabilidades das áreas envolvidas e de procedimentos em alinhamento aos normativos internos, melhores práticas de mercado em conformidade com a legislação vigente, bem como a criação do Comitê de Ética com o objetivo avaliar e acompanhar as questões que envolvem o Gerenciamento de Denúncias, medidas estas que fortalecem a governança corporativa e compliance dentro Banpará.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. (“Banpará”; “Banco”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

Limitação de escopo – Provisão de férias

Conforme indicado na Nota 14 – Provisões, em 31 de março de 2023, o Banpará possuía registrado um montante de R\$ 607 mil referente a Provisão de férias, cuja apuração foi objeto de revisão pelo Banco, considerando os direitos regulares de férias de cada funcionário bem como os eventuais acréscimos legais por acúmulo temporário de função desde 2015. O Banpará está em fase de conclusão dessa revisão, incluindo dos parâmetros de cálculo do sistema de folha de pagamentos e dos respectivos reflexos nos registros contábeis. Tendo em vista que essa revisão e conseqüentes reflexos contábeis ainda não se encontram finalizados e registrados, não foi praticável concluirmos sobre o saldo de Provisão de férias de R\$ 607 mil em 31 de março de 2023.

Limitação de escopo – Plano de benefícios a empregado

Conforme indicado na Nota 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde, em 31 de março de 2023, o Banpará possuía obrigações com plano de previdência e de saúde, cuja avaliação e cálculos dos impactos ao Banco são realizados por especialista atuarial independente. Os critérios adotados para essa apuração, o entendimento das obrigações do Banpará como ente patrocinador, assim como as respectivas documentações suporte e demais evidências, não estão suficientemente aderentes aos requisitos do comunicado técnico CPC 33 (R1), que define as obrigações de patrocinadores de planos de benefícios a empregados. Conseqüentemente, não foi praticável concluirmos sobre os eventuais reflexos da aplicação integral da citada norma no Banpará em 31 de março de 2023.

Limitação de escopo – Investigação em curso

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 (c) às informações trimestrais, a administração do Banco adotou ações investigativas com o propósito de averiguar denúncias relatando eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e supostas atividades comerciais em desacordo com o Código de Conduta e Ética do Banco por parte de seus empregados, administradores, executivos, bem como vem procedendo à reorganização interna do processo e da governança para apuração de denúncias. Essas ações, incluindo análises internas sobre procedência e respectivas investigações, ainda se encontram em andamento. Conseqüentemente, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações, nem seus eventuais reflexos nas demonstrações financeiras do Banco do Estado do Pará S.A., se houver.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção acima intitulada “Base para conclusão com ressalvas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco e apresentadas como informação

suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão do período anterior

As informações contábeis intermediárias do Banpará referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 6 de maio de 2022, sem ressalvas.

Barueri, 27 de setembro de 2023

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Rodrigo Ribeiro Viñau
Contador CRC-1SP 236048/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo n.º 163 da Lei n.º 6.404/76, tendo examinado as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 31 de março de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração e da opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, constatou que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que estas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela instituição no período. Desse modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação, considerando o relatório dos auditores independentes.

Belém, 26 de setembro de 2023.

Adler Gerciley Almeida da Silveira
Presidente

José Maria Tavares Teixeira
Membro

René de Oliveira e Sousa Junior
Membro

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras Intermediárias de 31 de março de 2023 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Somando-se fatos importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Contabilidade, Controles internos e compliance, com a Auditoria Interna, e com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as Demonstrações Financeiras Intermediárias estão livres de distorções relevantes.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutária conclui que as Demonstrações Financeiras Intermediárias para o 1º trimestre de 2023 do Banpará são adequadas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém, 26 de setembro de 2023.

Sérgio Roberto Ribeiro Maciel
Coordenador

Maria Luiza Silva Nascimento
Membro

Rosiomar Santos Pessoa
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 31 de março de 2023 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados, com exceção dos pontos ressaltados advindos do relatório dos auditores independentes.

Belém, 22 de setembro de 2023.

Ruth Pimentel Mélo
Diretora-Presidente

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Vando Vagner Soares Ferreira
Diretor

Igor Barbosa Gonçalves
Diretor

Graciele Silva de Sousa Galvão
Diretora

Adriano de Aguiar Ribeiro
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao período findo em 31 de março de 2023 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 22 de setembro de 2023.

Ruth Pimentel Mélo
Diretora-Presidente

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho
Diretor

Vando Vagner Soares Ferreira
Diretor

Igor Barbosa Gonçalves
Diretor

Graciele Silva de Sousa Galvão
Diretora

Adriano de Aguiar Ribeiro
Diretor